

JOÃO ILHARCO

Fátima Desmascarada

POLÉMICA

SUMÁRIO :

Introdução necessária

As «santas» também mentem?

**Urbano Duarte, um mascarado a quem se arranca
a máscara**

Auto-retrato de Mário Braga

Como o Professor Sílvio Lima entrou na «dança»

Declaração final

Extraprograma

COIMBRA

1972

6

T

6

Bj

Fátima Desmascarada

POLÉMICA

OBRAS DO AUTOR

DIDÁCTICAS (além de outras):

História de Portugal

Gramática Portuguesa

Aprenda a escrever raciocinando (com prefácio do Prof. Dr. Rebelo Gonçalves).

DOCUMENTÁRIOS:

Quem Cometeu o Crime da «Poça das Feiticeiras?»

A Incrível História do Conflito Havido entre Mim e o Juiz de Direito

Dr. Ivo Nunes Pereira

DOCTRINA:

Libelo contra a Poesia Modernista

Fátima Desmascarada

1.ª edição — 2.500 ex. — Setembro de 1971.

2.ª edição — 4.000 ex. — Outubro de 1971.

3.ª edição — 4.000 ex. — Dezembro de 1971.

4.ª edição — 6.000 ex. — Fevereiro de 1972.

FICÇÃO:

O 3.º Inimigo da Alma (romance).

A PUBLICAR:

A Comédia e o Drama (romance).

Os Sacripantas Engravatados (romance).

JOÃO ILHARCO

Fátima Desmascarada

POLÉMICA

COIMBRA

1972

IMPRESSO EM PORTUGAL
Tipografia Guerra — Viseu

«Na marcha da civilização achou-se a igreja sempre reagindo contra todas as liberdades, desde a política até à intelectual, abafando no ser racional a própria consciência.»

Teófilo Braga

(«A Igreja e a Civilização Moderna»)

«Em parte alguma a ciência admite o milagre, se por milagre se entender a intervenção de forças sobrenaturais na evolução da natureza.»

Ernesto Haekel

(«História da Criação Natural»)

The first part of the report is devoted to a general survey of the situation in the country. It is followed by a detailed account of the work done during the year.

The second part of the report is devoted to a detailed account of the work done during the year.

The third part of the report is devoted to a detailed account of the work done during the year.

The fourth part of the report is devoted to a detailed account of the work done during the year.

The fifth part of the report is devoted to a detailed account of the work done during the year.

INTRODUÇÃO NECESSÁRIA

Meus pais, que eram crentes sinceros, viveram sempre isentos de qualquer superstição. Quando em 1917 se propalou que a Virgem tinha aparecido em Fátima, fartos estavam eles de ouvir contar histórias de aparições, ocorridas nas mais diversas regiões do país, a crianças inconscientes, e acreditaram tanto nas aparições de Fátima como tinham acreditado nas outras. Os seis filhos, que criaram, nunca acreditaram nessas histórias, desde que a luz da razão despertou nos seus cérebros.

Quando cheguei aos vinte anos e me senti uma criatura inteiramente consciente, um dos assuntos que mais despertou a minha curiosidade foi o estudo do fenómeno religioso. Li, com o maior interesse, algumas dezenas de obras excelentes escritas em português e francês, que tratavam esse assunto, e li a Bíblia repetidas vezes — ou, melhor, estudei a Bíblia com certa profundidade.

Conhecia a velha história de Fátima, ingénua e simples como muitas outras que corriam mundo, e não me admirei de que houvesse tanta gente que acreditasse em semelhantes contos da carochinha, dado o grau de credulidade e de falta de discernimento da grande maioria do povo, e, sobretudo, das mulheres, que, como se sabe, revelam sempre propensão especial para acreditar nas histórias mais inverosímeis e absurdas, sobretudo se estão relacionadas com o sobrenatural.

Em princípios de 1940, por mero acaso, veio ter-me às mãos o livro «Jacinta», do cônego Galamba de Oliveira (edição de 1938), na qual os três videntes, Lúcia, Jacinta e Francisco, são descritos como uns maníacos inventores de sacrifícios, flagelações e penitências.

Porque o texto do livro cheirava à mais desabúsada ficção — às vezes burlesca — a cem léguas de distância, a história de Fátima começou a interessar-me por simples curiosidade e pelo desejo de avaliar a craveira moral de certas pessoas.

O que senti, dois ou três anos depois, ao ler a edição de «Jacinta» de 1942? A sensação de que a sua leitura me deixava tão assombrado como se tivesse assistido à ressurreição dum morto!

Essa leitura levou-me a estabelecer o plano de estudar, em pormenor, a história de Fátima, logo que tal me fosse possível.

Em 1947 vim residir para Coimbra, mas, nos primeiros anos, outros projectos se anteciparam ao do estudo da história de Fátima: escrever e publicar o «Libelo contra a Poesia Modernista» e o romance «O 3.º Inimigo da Alma».

O primeiro destes livros ocupou-me grande número de horas de trabalho, visto que, a pessoa que se dedica à crítica e à investigação, tem que ser honesta e meticulosa na formação dos seus juízos e na escolha dos textos que comprovem a validade desses juízos.

A obra mereceu rasgados elogios de Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Júlio Dantas, Ramada Curto, Professor Abel de Andrade, Professor Caeiro da Mata, Professor Rebelo Gonçalves e outros intelectuais, assim como de diversos órgãos da imprensa.

Aquilino Ribeiro escreveu a respeito desse livro:

«Recebi o seu agudíssimo «Libelo» e felicito-o pelo desassombro, certeza de juízos e boa obra profilática que representa.»

Numa extensa e interessante carta de Ramada Curto, encontra-se o seguinte passo:

«Peguei no seu livro e li-o de um fôlego. É um livro útil. Admiro a seriedade, o escrúpulo, a documentação e a paciência que revela o seu trabalho.»

Quando iniciei a recolha de elementos para o livro que viria a publicar-se com o título de «Fátima Desmascarada», e durante os anos em que o fui escrevendo e refundindo, a minha preocupação de todos os momentos foi a de superar o desassombro, a certeza de juízos, a seriedade, o escrúpulo e a documentação que Aquilino Ribeiro e Ramada Curto tinham considerado qualidades predominantes do «Libelo contra a Poesia Modernista».

Visto que o meu trabalho tinha como finalidade principal denunciar mentiras, tive o máximo cuidado em respeitar invariavelmente a verdade.

Eu sabia muito bem, ao publicar o meu livro, que ia tornar-me alvo de ódios violentos, de mentiras e calúnias, visto que iria perturbar o triunfal funcionamento de uma organização poderosíssima, que dentro de Portugal se considerava majestática e que, hàbilmente, conseguira impor-se como instituição sagrada.

«Fátima Desmascarada» não encontrou — que eu saiba — um único crítico na classe sacerdotal. Apareceram, sim, uns tantos fundibulários, que sem aquela compostura de maneiras, que deveria ser apanágio da classe eclesiástica, em vez de rebaterem afirmações gravíssimas, preferiram alvejar-me com pedradas, com fúria de arruaceiros.

A esses fundibulários e ao público que fez das duas primeiras edições de «Fátima Desmascarada» um excepcional «best-seller» no acanhado mercado livreiro português, tenho que dizer alguma coisa mais.

Esta é a razão da vinda a lume deste opúsculo.

*

* *

Para a grande maioria dos leitores de «Fátima Desmascarada» não é necessário fazer a demonstração de que a Virgem não participou nos acontecimentos de Fátima. Como sabia, porém, que o livro também seria lido por pessoas que acreditavam nas aparições da Cova da Iria, dei-me ao trabalho de, no capítulo VII do meu livro, apresentar várias provas de que a Virgem não apareceu em Fátima.

Então o que teria acontecido? Qual a única explicação lógica que se pode deduzir dos relatos feitos pelos videntes em 1917 e daquilo que as entidades mais ligadas a Fátima têm escrito a esse respeito?

Quem ler os capítulos VIII e IX da primeira parte de «Fátima Desmascarada» neles encontrará as respostas a estas duas perguntas. As coisas não podem ter-se passado de maneira diferente daquela por que ali são relatadas, e, pela razão de eu ter proposto a única explicação aceitável para o mistério que envolvia a realização das aparições e para o conteúdo do segredo imposto aos videntes é sobre

os capítulos VII, VIII e IX, acima mencionados, que os detractores de «Fátima Desmascarada» assestam as suas baterias.

No dia 18 de Dezembro de 1971 veio a Coimbra, com o fim principal de falar comigo, um filho de Artur de Oliveira Santos, o administrador do concelho que, em Agosto de 1917, interrogou Lúcia, Jacinta e Francisco. O visitante, que se fazia acompanhar pela esposa — ambas pessoas muito simpáticas — esteve durante três horas em minha casa.

Falámos, sobretudo, do meu livro e daquilo que o pai contou aos filhos, quando já eram pessoas conscientes, e do que tinha apurado acerca do sobrenatural de Fátima. E tive o prazer de ouvir ao meu visitante que as conclusões do meu livro estavam plenamente de acordo com tudo o que o pai afirmava ter apurado acerca dos acontecimentos da Cova da Iria e da intervenção de certas pessoas nesses acontecimentos.

Assim, o pai, Artur de Oliveira Santos, pessoa inteligente e honestíssima, considerava o P.^e Faustino José Jacinto Ferreira, arcepreste do Olival, nas cercanias de Fátima, o principal promotor dos sucessos da Cova da Iria, precisamente a mesma conclusão a que eu havia chegado, pela leitura atenta de tudo o que, na literatura fatimista, relacionava o P.^e Faustino com Fátima.

Acerca de Lúcia contou-me o sr. Oliveira Santos, filho, que António dos Santos, o «Abóbora», pai da vidente, disse para o administrador, referindo-se à filha:

— «O sr. administrador não acredite na minha filha, que ela é uma intrujona!»

As santas também mentem?

Começo por afirmar que Lúcia de Jesus é useira e vezeira em mentir.

As provas desta asserção, que apresento em «Fátima Desmascarada» e que aqui vão inseridas de novo, são indesmentíveis.

Mas como todo o edifício de Fátima teve por *pedra angular* — para usar uma expressão bíblica — as declarações de Lúcia, é forçoso reconhecer que todo esse edifício ressuma mentira por telhas, janelas e portas.

Em «Fátima Desmascarada» ficaram arquivadas as seguintes:

1.^a — Para o P.^e Ferreira de Lacerda («O Mensageiro», de Leiria, de 15-XI-917), Lúcia declarou:

— «O ano passado tinha eu visto a mesma Senhora numa terra chamada as Estrumeiras e disse-o a minha mãe», etc.

Acerca da mesma aparição, situada na Primavera de 1916, o cônego Nunes Formigão perguntou a Lúcia:

— «Diz-se que Nossa Senhora te apareceu o ano passado. Que há de verdade a este respeito?»

A vidente negou terminantemente o que tinha afirmado para o P.^e Ferreira de Lacerda:

— «O ano passado não me apareceu, nem antes de Maio deste ano; nem eu o disse para pessoa alguma, porque não era exacto». («G. M. de Fátima», pág. 72).

2.^a — O administrador do concelho de Vila Nova de Ourém, em 13 de Agosto de 1917 levou Lúcia e os primos para a sede do concelho, a fim de os interrogar. Ouçamos o insuspeito cônego Nunes Formigão («G. M. F.», pág. 54), acerca da maneira como o administrador Artur de Oliveira Santos tratou os três pequenos pastores:

«Aquela autoridade, tendo-os levado para sua casa, deteve-os aí durante dois dias, confiando-os ao cuidado de sua esposa, que os tratou com todo o carinho.»

Isso não obstou a que Lúcia, mais tarde, acusasse o administrador do concelho de a ter aferrolhado e aos primos na cadeia e de os ter ameaçado de que os mandaria fritar em azeite, se eles lhe não revelassem o segredo que a Virgem lhes tinha confiado!

Antero de Figueiredo («Fátima», pág. 41), depois de ter entrevistado Lúcia, fez, no seu livro, alusão a essa calúnia. O Bispo de Leiria também dá crédito à versão das ameaças.

Creio que, nesta história relacionada com o administrador do concelho alguém industriou Lúcia a propalar a calúnia, a fim de tornar a autoridade administrativa alvo do ódio de muita gente.

3.^a — O P.^o Ferreira de Lacerda, em 19 de Outubro de 1917, perguntou a Lúcia:

— «É que te disse a Senhora da terceira vez, ou seja em 13 de Julho?»

Resposta:

— «Quero-te dizer que voltem cá no dia 13» — isto é em 13 de Agosto.

A Virgem não podia ter-lhe transmitido aquela ordem, porque antecipadamente sabia que o administrador do concelho levaria os videntes para Vila Nova de Ourém, impedindo-os de comparecerem na Cova da Iria.

Logo, uma conclusão se impõe: Lúcia mentiu mais uma vez. A não ser que suas reverências e reverendíssimas optem pela outra alternativa: o administrador do concelho teve o poder de impedir o que a Virgem havia ordenado.

4.^a — O cónego Nunes Formigão perguntou a Lúcia:

— «É certo que a Senhora te revelou um segredo proibindo que o descobrisses a quem quer que fosse?»

Lúcia confirmou:

— «É certo».

Nova pergunta do cónego:

— «Diz respeito só a ti ou também aos teus companheiros?»

Resposta:

— «A todos três». («G. M. F.», pág. 75).

Em 1935 ou 1936, depois de ter conseguido vencer grandes dificuldades, o escritor católico Antero de Figueiredo obteve autorização para entrevistar Lúcia, já então freira, no convento das Doroteias em Pontevedra. A essas entrevistas esteve sempre presente a Provincial, D. Eugénia de Sousa Holstein, que garantiu para o grande propagandista de Fátima, P.^e Luís Gonzaga da Fonseca («N.^a S.^a de Fátima», pág. 175), que as palavras registadas por Antero de Figueiredo no seu livro «Fátima», como tendo sido pronunciadas por Lúcia, eram perfeitamente históricas.

Numa das suas conversas com Lúcia, Antero de Figueiredo inquiriu:

— «Mas não responderia, se, ainda que compelida, a interrogassem acerca de certo Segredo Divino?»

«Pronta e serena — diz Antero de Figueiredo — Lúcia ripostou com segurança:

— **«Ninguém na terra tem poder para me mandar falar sobre tal assunto. Se é um segredo, e de mais a mais divino! Esse só no céu o revelarei».** («Fátima», pág. 13)

O bispo de Leiria, na sua «Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora do Rosário» publicada em **13 de Outubro de 1930**, escreve textualmente: [A Senhora] **«confiou-lhes um segredo que a ninguém poderão revelar.**

Antero de Figueiredo, quando entrevistou Lúcia, deu conta de que «as inteligentes e prudentes» irmãs Doroteias estavam a transformá-la «em coisa morta que os outros conduzirão» («Fátima», pág. 358).

E agora, os leitores que desconhecem ainda esta incrível história, não desmaem de assombro: as autoridades eclesiásticas portuguesas aceitaram como verdadeira uma revelação atribuída a Lúcia, segundo a qual a vidente, já em 1927, tinha dado a conhecer o assunto de dois segredos ao bispo de Leiria, ao cónego Galamba de Oliveira e ao seu confessor!

Pensem bem: em 1936 Lúcia afirmou peremptoriamente que só no céu revelaria o segredo; na «Carta Pastoral» de 13 de Outubro de 1930 o bispo de Leiria confirmava que o segredo a ninguém podia

ser revelado; e em 1946 vem declarar-se que, em 1927, Lúcia já tinha dado a conhecer o conteúdo de dois segredos ao bispo de Leiria e ao cônego Galamba de Oliveira, dois dos mais graduados dirigentes de Fátima! Fátima é ou não uma mascarada? E é ou não uma obra altamente meritória e indispensável ao saneamento moral da nação que a máscara seja arrancada?

Não me repugna acreditar que Lúcia tenha asseverado em 1946 para o P.^o Jongen que já em 1927 tinha revelado dois segredos ao bispo de Leiria e ao seu lugar-tenente, cônego Galamba de Oliveira.

Mas, se o fez, foi compelida a fazê-lo, pois nessa data já ela devia estar mais que reduzida «a coisa morta que os outros conduzirão». A nova história de Fátima, narrada em «Jacinta», não pertence, nem por uma só palavra, a Lúcia.

Eu comprometo-me a prová-lo, e por forma espectacular, se as autoridades eclesiásticas o desejarem. Aqui fica o desafio.

5.^a — Lúcia afirmou para numerosas pessoas que a Virgem, durante a aparição de 13 de Outubro de 1917, lhe declarara que a «Grande Guerra» (1914-1918) tinha acabado nesse mesmo dia.

Essa guerra só veio a findar treze meses depois, em 11 de Novembro de 1918, e como a Virgem não podia mentir, quem mentiu foi Lúcia.

6.^a — Para o P.^o Ferreira de Lacerda Lúcia representou, ao vivo, a imagem da Virgem que ela afirmava ter-lhe aparecido na Cova da Iria: enfiou um terço branco no braço direito e levantou as mãos em atitude de prece — e, até 1946, a representação escultórica da Virgem de Fátima foi sempre executada de acordo com a primitiva descrição feita pela vidente.

O Padre MacGlynn, norte-americano, avistou-se com Lúcia por diversas vezes em 1946, com o fim principal de fazer uma escultura da Virgem de Fátima, segundo as indicações da vidente. E como surgiu essa estátua? Com as mãos desunidas, uma voltada com a palma para cima e outra voltada com a palma para baixo, exibindo do lado esquerdo do peito, por cima do vestuário, um coração cercado por uma coroa de espinhos.

Lúcia mentiu ou para o P.^e Ferreira de Lacerda ou para o Padre americano.

Esta nova imagem da Virgem encontra-se num nicho existente por cima da porta principal da basílica de Fátima.

7.^a — O P.^e MacGlynn perguntou a Lúcia se a Senhora calçava sapatos ou sandálias e ela respondeu que não se lembrava, visto que nunca lhe tinha olhado para os pés. («Vision of Fátima», pág. 67).

Para o P.^e Ferreira de Lacerda afirmou em 19 de Outubro de 1917:

— ... «tinha meias brancas».

De uma das vezes mentiu.

8.^a — Ainda em resposta a uma pergunta do P.^e MacGlynn, Lúcia respondeu:

— «Ela [a Virgem] continuava a pedir sacrifícios e penitências». (*Ob. cit.*, pág. 76).

Mas para o cônego Formigão asseverou em 1917:

— «Não falou em penitência». («G. M. F.», pág. 96).

De uma das vezes mentiu.

9.^a — Vejamos seguidamente as vezes que Lúcia mentiu ao descrever o que tinha visto no Sol em 13 de Outubro de 1917:

Para o P.^e Ferreira de Lacerda:

— «Não distingui bem, mas pareceu-me ver a cara dum homem e dum menino». («O Mensageiro», de 22-XI-917).

Para o pároco de Fátima:

Lúcia afirmou que tinha visto S. José, o Menino Jesus, Nossa Senhora e Nosso Senhor — este só da cintura para cima. («Inquérito Paroquial»).

Para o cônego Nunes Formigão:

A lista mencionada para o pároco de Fátima foi aumentada com duas Senhoras: uma que se apresentou *vestida* como a Senhora das Dores e a outra *vestida* como a Senhora do Carmo.

Para John Mathias Haffert:

Segundo diz o autor no seu livro «Encontro de Testemunhas»

(págs. 97 e 98), Lúcia, em 1946, escreveu diante dele e para ele a seguinte descrição:

—«De repente a Virgem ergueu-se do cimo da árvore [um parêntesis: para o P.^e Ferreira de Lacerda declarou que a Senhora tinha pousado no «arco» — veja-se a fotografia da pág. 88 de «Fát. Desmascarada»] com uma luz a irradiar das mãos... A luz reflectia-se do céu muito mais forte que a do Sol. Na luz apareceram Nossa Senhora como sempre nos tinha aparecido, S. José segurando o Menino na luz com Nossa Senhora... Tanto S. José como o menino abençoando a multidão. A luz muda de repente, Nossa Senhora torna-se Nossa Senhora das Dores. S. José é substituído por Nosso Senhor e Nosso Senhor abençoa a multidão. Então a luz muda outra vez e Nossa Senhora torna-se Nossa Senhora do Carmo, enquanto Nosso Senhor permanece».

Esta insensata palhaçada só tem valor para através dela avaliarmos como tem evoluído a mitomania de Lúcia.

Em «Fátima Desmascarada» não registei todas as mentiras usadas por Lúcia ao responder aos interrogatórios que lhe fizeram. Mas se fosse a conceder algum crédito ao texto de «Jacinta», do cónego Galamba de Oliveira, a lista das mentiras seria grandemente ampliada.

*

* * *

Ao transmitir a sua mensagem do Natal de 1971, o sr. D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa, proferiu as seguintes palavras:

«Há um desejo incontido de mais verdade e justiça.»

Foi esse desejo incontido de mais verdade que me levou a escrever «Fátima Desmascarada».

Oxalá que as palavras sejam concretizadas em obras pelos altos dignitários da Igreja.

S. Tiago é que proclamava a sã doutrina, quando perguntava:

«Que aproveitará, irmãos meus, a um que diz que tem fé, se não tiver obras? «Acaso poderá salvá-lo a fé?» (Epist. II-14).

Vem a propósito arquivar aqui algumas palavras lapidares de Almeida e Paiva, que merecem ser meditadas:

«Causa espanto ver como pessoas da mais elevada categoria eclesiástica apresentam como verdadeiros os prodígios mais absurdos e grotescos a ponto de se nos tornar impossível absolvê-las de insinceridade, para não usar de outro termo, atendendo, sobretudo, a que muitos saíram pela primeira vez da pena dos mesmos que no-los relatam». («Liberdade, Ciência e Religião», pág. 222).

Perceberam, não é verdade? Está tudo dito.

Urbano Duarte

Um mascarado a quem se arranca a máscara

Urbano Duarte, cónego, director do órgão diocesano «Correio de Coimbra», possuidor dum curso superior e professor de moral, no primeiro artigo que escreveu no seu semanário (28-X-971) a respeito do livro da minha autoria, «Fátima Desmascarada», revelou, de entrada, quais eram os propósitos que o animavam: a respeito do livro não escreveu uma palavra; mas, para honrar os títulos que dão brilho à sua ilustríssima pessoa — e especialmente os de cónego e de professor de moral — foi mal educado para comigo.

Além das grosserias que me dirigiu, negou-me competência para escrever «Fátima Desmascarada», em virtude de me faltar a indispensável preparação psicológica, científica e teológica.

Toda a gente que conhece Urbano Duarte sabe que ele é profundíssimo em várias ciências, como a psicologia, a teologia, a manipulação de drogas jornalísticas, os malabarismos verbais, a economia vinícola, etc.

O seu saber é de tal modo vasto, que muita gente se admira de que, não possuindo ele grande corpulência, seja dotado de invulgar capacidade para beber os seus conhecimentos nas fontes de Minerva.

*

* *

Urbano Duarte, director do «Correio de Coimbra», publicou na íntegra, no seu semanário, duas das minhas respostas às suas diatribes contra «Fátima Desmascarada» e o seu autor. À terceira resposta, porém, suprimiu tudo o que para ele se tornava incómodo ou aquilo a que não poderia responder sem atraiçoar a verdade. Nessa terceira resposta, que era extensa, declarei que podia ser publicada em mais que um número do «Correio de Coimbra», e para o sr. P.^e Valentim, gerente da «Gráfica de Coimbra», onde o «Correio» é impresso, fiz esta recomendação expressa:

— «Peço-lhe o favor de dizer ao cônego Urbano Duarte que, ou publica a minha resposta na íntegra, ou não publica coisa nenhuma».

Suprimindo tudo o que lhe apeteceu, Urbano Duarte procedeu com correcção e honestidade?

Como se pode verificar no «Correio de Coimbra» de 13-1-1972, ele não hesita, quando isso lhe convém, em proceder com os outros como procedeu para comigo.

Na minha resposta dizia ao meu opositor que, se desejava fazer ao meu livro uma crítica objectiva, se pronunciasse acerca das seguintes e fundamentais questões, das quais ressalta a prova da veracidade ou do embuste de Fátima.

1.^a — Lúcia asseverou que a Virgem lhe afirmara em 13 de Outubro de 1917 que a «Grande Guerra» (1914-1918) havia acabado nesse dia. Como essa guerra acabou treze meses mais tarde, quem mentiu: Lúcia ou a Virgem?

2.^a — Segundo as declarações de Lúcia, a Virgem tinha-se designado a si própria pelos nomes de *Nossa Senhora* ou de *Senhora do Rosário*.

Pode acreditar-se em tal contrassenso?

Nós, portugueses, quando nos referimos ao Chefe do Estado, dizemos o *nosso Presidente da República*. Ele é que nunca pronunciaria o seguinte dislate:

— Eu sou o *nosso Presidente da República*.

3.^a — Alguém poderá crer em que a Virgem falasse sem mexer os lábios, sem modificar a expressão do rosto, sem fazer o mínimo gesto, como os videntes declararam?

4.^a — Seria possível que a Virgem medisse de altura 1 metro e 10 centímetros?

(A altura da Virgem foi calculada pelo P.^e Ferreira de Lacerda, tomando por base o que Lúcia lhe disse a esse respeito).

5.^a — Lúcia põe na boca da Virgem a seguinte frase:

— «O meu lugar é o do céu».

Uma pessoa consciente poderá acreditar que a Virgem pronunciasse tal idiotice?

6.^a — É crível que a Virgem se tenha exibido na Cova da Iria com argolas de ouro nas orelhas, conforme Lúcia asseverou?

7.^a — Quando se deve acreditar em Lúcia? Quando afirmou para o cônego Nunes Formigão que não via vir a Senhora de nenhuma parte; ou quando disse para o P.^e Ferreira de Lacerda que a Virgem aparecia vindo do lado do Nascente?

8.^a — Em 13 de Julho de 1917 a Virgem ordenou a Lúcia que comparecesse na Cova da Iria no dia 13 do mês imediato. Lúcia e os primos não puderam cumprir a ordem recebida, em virtude do administrador do concelho de Vila Nova de Ourém os ter levado para aquela vila. Qual a explicação para o caso?

Teria o administrador do concelho maior poder que a Virgem, pois impediu que os três videntes cumprissem uma ordem expressamente dada por ela?

Para quem tiver lido «Fátima Desmascarada», a explicação é fácil de encontrar: quem mandara comparecer os videntes no dia 13 de Agosto na Cova da Iria, não tinha sido a Virgem, mas sim o P.^e Faustino José Jacinto Ferreira, que exercia sobre Lúcia e os primos poderes ilimitados. O que ele não podia ter previsto, com um mês de antecedência, era que o administrador do concelho impediria que os três pequenos pastores fossem à Cova da Iria no dia 13 de Agosto.

9.^a — Podia Lúcia, que sempre demonstrou possuir péssima memória (veja-se «Fátima Desmascarada») e que, já em 1917, se mostrava incapaz de reproduzir as chãs e curtas frases por ela atribuí-

das à Virgem, podia Lúcia, repito, reproduzir, quando mulher, longas falas do anjo e da Virgem, que continham numerosas palavras cujo significado ela ignorava completamente?

10.^a — «Depois de ler a alínea *b*) do n.º 6 desta resposta, pensa que devemos crer na história dos sacrifícios e mortificações dos videntes?»

Torna-se indispensável, para o leitor compreender a finalidade desta pergunta, transcrever o que se lê na alínea *b*), acima referida, que é como segue:

«Quando depois de 1938 chegou ao lugarejo natal dos videntes, Aljustrel, o eco da inverosímil história dos sacrifícios e das mortificações a que os pequenos se teriam submetido logo após as primeiras aparições, os familiares, os vizinhos e os pais de Jacinta e Francisco (os de Lúcia já tinham falecido) abriam a boca de espanto e declaravam unânimemente:

— «Nunca soubemos nada de nada! Eram exactamente como os mais».

E quem atirou essa inverosímil história para o caixote do lixo foi Lúcia, quando declarou para o P.^e H. Jongen:

«Nós continuávamos a brincar como dantes. Certas mulherzinhas devotas diziam-nos: Vocês viram Nossa Senhora. Por isso já não deviam brincar». Mas que podíamos fazer senão brincar?» (Revista «Stella», Nov. 9-1946).

11.^a — «E depois de ler as provas apresentadas na alínea *c*) do n.º 6, o sr. cónego Urbano Duarte ainda reputa verdadeira a história das aparições do anjo em 1916?»

De novo se torna necessária uma explicação.

Na alínea *c*), n.º 6, da minha resposta, depois de lembrar que a Provincial das Doroteias em Pontevedra, em cujo convento Antero de Figueiredo entrevistou Lúcia, atestou que tudo o que esse escritor registou como tendo-lhe sido dito por Lúcia era absolutamente exacto, acrescento:

«Pois bem: Lúcia negou para Antero de Figueiredo que, antes das aparições de 1917, tivesse estado em contacto com o sobrenatural.

— «Antes das aparições — disse ela —, criança e pastora, nunca pensei nestas coisas». («Fátima», pág. 149).

Peguemos agora em «Jacinta» (1938, pág. 37) e tomemos conhecimento de declarações que são atribuídas a Lúcia:

«Antes dos factos de 1917 [isto é, antes das aparições da Virgem] exceptuando o laço de parentesco que nos unia, nenhum outro affecto particular me fazia preferir a companhia de Jacinta e de Francisco à de qualquer criança. Pelo contrário, a sua companhia tornava-se-me por vezes bastante antipática, pelo seu carácter demasiadamente melindroso.»

Aqui estão duas provas de valor absoluto de que as aparições do anjo, na Primavera de 1916, é uma das fantasias que recheiam a Nova História de Fátima, e a prova, também, de que, em 1938, a ideia das aparições do anjo, narrada na edição de «Jacinta» de 1942, ainda não tinha brotado na mente dos ficcionistas de Fátima.

Se as aparições do anjo se tivessem realizado nas condições em que «Jacinta» as descreve, não teriam ficado a existir fortíssimos laços a unir Lúcia aos dois primitos? A Nova História abunda nestas contradições, porque só a Verdade tem uma única e invariável forma de se exprimir.

12.ª — «Na alínea *d*), do n.º 6, faz-se a prova indesmentível de que Lúcia nunca poderia revelar o segredo que ela dizia ter-lhe sido confiado pela Virgem em 1917. Afirma-o o Bispo de Leiria numa Carta Pastoral datada de 13-X-930 e reafirmou-o Lúcia, por forma categórica, em 1936, para Antero de Figueiredo.

«Em 1946, porém, Lúcia declarou para o P.ª Jongen que já em 1927 tinha revelado dois dos segredos ao Bispo de Leiria e ao cônego Galamba de Oliveira.

«A declaração de Lúcia não era verdadeira; mas o Bispo de Leiria e o cônego Galamba de Oliveira, que se contavam entre os mais categorizados dirigentes de Fátima, em vez de desmentirem a afirmação de Lúcia, perfilharam-na, atitude que se me afigura estranhíssima e muito grave.

«É o sr. cônego Urbano Duarte que juízo forma a respeito do procedimento do Bispo de Leiria e do cônego Galamba de Oliveira?»

13.^a — Lúcia afirmou para o cônego Nunes Formigão que o segredo (na Velha História havia um só segredo; na Nova passou a haver três) somente dizia respeito a ela e aos primos.

Poderá aceitar-se como verdadeiro o texto desses dois segredos, conforme se lêem em «Jacinta»?

*

* *

Sabia, antecipadamente, que Urbano Duarte não responderia a estas treze perguntas, e disse-lho no meu artigo. Todo o ódio e grosserias de que fui alvo por parte dele, tinham por causa, não as mentiras de «Fátima Desmascarada», coisa que, honestamente, ele lá não conseguia descobrir, mas sim as muitas, graves e espantosas mentiras que, pela primeira vez, eram reveladas ao público.

Se «Fátima Desmascarada», pelo seu conteúdo, não tivesse justificado plenamente o seu nome, nem o livro teria constituído um invulgar êxito de livraria, nem a obra e o seu autor haveriam sofrido as violentas arremetidas de que foram vítimas.

Aqui lanço de novo o repto a Urbano Duarte para responder àquelas treze perguntas. E se toda a sua ciência (incluindo o seu muito saber em psicologia e teologia) lhe não bastarem, pode recorrer à cooperação dos membros do clero — sem excepção de hierarquias — que o possam auxiliar na árdua tarefa.

*

* *

Duma audácia desmedida, este cavalheiro, que exerce as funções de professor de moral no Liceu de D. João III, no dia 13 de Janeiro de 1972, numa turma do 4.º ano, tomou como tema da sua lição o livro «Fátima Desmascarada» e o seu autor, aos quais se referiu, segundo me disseram, em termos depreciativos.

*

* *

Urbano Duarte supôs que, quando me referi a um *grande escritor*, falava de Mário Braga! Dá vontade de rir. O *grande escritor* é Ferreira de Castro.

*

* *

E para largar de mão este professor de moral, hei-de, primeiramente, arrancar-lhe a máscara bem arrancada.

Ele leu «Fátima Desmascarada», onde ficaram registadas muitas das mentiras a que Lúcia recorreu, e que nas páginas deste opúsculo são lembradas. Pois este professor de moral teve a audácia (audácia, e não coragem) de escrever na 3.^a coluna da 10.^a página do «Correio de Coimbra», de 19-XII-971, o seguinte:

«Quanto a Lúcia, não posso garantir que tenha menrido alguma vez.»

Eu reputo esta afirmação incrível e espantosa, um verdadeiro suicídio moral. Portanto

R. I. P.

*

* *

O que vou acrescentar neste capítulo não se destina a defuntos, mas aos leitores deste opúsculo, a fim de restabelecer a verdade em alguns dos numerosos casos em que ela foi desfigurada por completo.

Em Abril de 1935, no semanário «Beira-Dão», de Santa Comba Dão, num artigo intitulado o «Ensino Religioso nas Escolas», invocando algumas razões pertinentes, manifestei a minha discordância quanto à introdução do ensino religioso — que estava anunciada para breve — nas escolas oficiais.

Responderam-me os padres de Viseu no seu órgão, «Jornal da Beira», de 5-4-935, dizendo:

«É uma verdadeira lástima este artigo, e não pode passar despercebido...»

Depois de me acusarem de estar «ao serviço dos inimigos da civilização e do Estado Novo», pedem que os professores, como eu, sejam demitidos. Vamos ouvi-los:

«A confissão é preciosa e só prova que há por aí professores sem idoneidade para o gravíssimo munus de ministrar os primeiros elementos ao espírito incipiente da criança e modelar-lhe pela sublime moral cristã os seus primeiros sentimentos.

«Para este mal há só um remédio: mandar esses professores tratar doutro ofício e formar professores num espírito verdadeiramente nacional.»

O Estado não fez a vontade aos padres de Viseu. Mas, a partir dessa altura, apesar dos meus 19 valores de diploma e das mais honrosas informações acerca da minha competência profissional, o meu nome deve ter sido assinalado com várias cruces negras, e qualquer pretexto foi bom para me tornarem a vida negra também.

Eu sabia qual era a causa primária desse tratamento: não ser católico. É bom que declare: nunca hostilizei qualquer religião, minha mulher é católica e tenho filhas católicas, sem que, uma só vez, manifestasse qualquer oposição a essa crença.

Em 1947 vim residir para Coimbra, e, como minha esposa era proprietária e directora do Colégio Português, comecei a dar aulas no colégio, depois de entrar no gozo de licença ilimitada.

Fui sempre republicano, mas um republicano sem qualquer dose de sectarismo, e nunca deixei de defender o princípio de que, em política, devíamos fazer justiça a todos, a começar pelos adversários, desde que lhes fosse devida.

Quando se entrou no período da campanha eleitoral a favor do General Norton de Matos, incluíram-me, sem que me fosse pedida autorização, na lista dos que fariam propaganda na imprensa.

A resposta surgiu imediatamente: o diploma, que me autorizava a trabalhar no ensino particular, foi cassado. Levei recurso contra a decisão, e o diploma foi-me restituído — mas tudo isso demorou meses e originou prejuízos.

Passados, talvez, dois anos, nova investida, e esta de consequências muito mais graves: o colégio foi encerrado. A minha família vivia

do rendimento do colégio, e eu trazia, na altura, três filhos na Universidade. O colégio tinha sido visitado por uma inspectora, que apenas nos fez dois reparos: ter encontrado o livro de frequência diária com três dias por escriturar e alguma terra nas salas de aula.

As salas eram varridas todos os dias, mas, na véspera, tinha chovido, o quintal do recreio estava molhado, alguns alunos usavam sapatos com rastos de borracha com sulcos que se enchiam de terra, e a inspecção foi realizada depois de ter havido três recreios.

O culpado, sem culpas, destas violências era eu.

*

* *

Em Coimbra tinha à minha disposição a biblioteca da Universidade e a Municipal, e, nesta cidade, pude satisfazer a curiosidade de conhecer *a fundo* a história de Fátima. Durante vários anos fui lendo a literatura fatimista, revistas e jornais que me pudessem fornecer esclarecimentos sobre o assunto — e, cuidadosamente, fui colhendo os meus apontamentos.

De certo momento em diante comecei a escrever um esboço da história de Fátima, que fui enriquecendo com a aquisição de novos conhecimentos, refundindo e melhorando.

De mais sabia eu aos perigos a que me exporia, se cometesse a imprudência de publicar um livro sobre Fátima, como aquele em que estava a trabalhar. Qual a única possibilidade que se me oferecia? Publicá-lo no estrangeiro. Ora eu tinha vários livros que tratavam da história do cristianismo editados pelo Cercle Ernest Renan, de Paris, e concluí que a publicação do meu livro lhe poderia interessar.

No começo de 1958 informei o Cercle da matéria que era tratada no meu trabalho. Da resposta constava:

«En ce qui concerne la question de Fátima, nous accueillons avec plaisir une partie de votre travail». (Pelo que respeita ao problema de Fátima, aceitaremos com prazer uma parte do seu trabalho).

Quer dizer: o Cercle Ernest Renan não publicaria o meu livro

na íntegra, mas simplesmente uma espécie de selecção, proposta que não aceitei.

Os anos foram passando, o texto do livro ia sendo aumentado e melhorado, mas editá-lo, integralmente, não se me afigurava problema de fácil resolução.

Dei a ler o texto de «Fátima Desmascarada» — já então dactilografado — a um restrito número de pessoas — entre elas um grande escritor, Ferreira de Castro — e as suas opiniões não divergiram: o livro estava bem estruturado e òptimamente documentado.

Se pudesse adquirir a prova material de que os superintendentes de Fátima temiam a publicação do livro, não me serviria tal prova de *passaporte* para editar a obra à minha vontade?

Pessoa de bom conselho, e em cuja lealdade podia confiar, animou-me no sentido de tentar a sorte — e eu tentei-a.

Era necessário fazer-lhes crer que estava na disposição de lhes vender o livro, plano de resultados duvidosos, pois sabia que o *peixe* não morderia a isca ao primeiro lançamento do anzol.

Censurável o meu procedimento? Em princípio aceito a censura. Mas que havia de fazer, em face de poderes que poderiam aniquilar-me, se conhecessem o temerário que ousava enfrentar esses poderes? Assinar as cartas, nas quais entrei em contacto com o cónego Galamba de Oliveira, alta patente do Estado Maior de Fátima?

Os que censuraram o facto de não ter assinado as cartas que escrevi ao cónego Galamba ou são parvos, ou fazem-se.

Então eu dava-lhe a conhecer o conteúdo de alguns capítulos do livro e o nome de todos, e, naquela época (1967), ia assinar as cartas? Sim, ninguém me impediria de proceder dessa maneira. Se o fizesse, porém, é porque tinha perdido o juízo, e o melhor que teria a fazer era atirar-me ao Mondego em dia de cheia. Toda a gente sabe que não estou a fazer *blague*.

Dois anos mais tarde, quando já me não expunha aos graves riscos que em 1967 tinha como certos, apareci de cara descoberta a identificar-me como autor dessas cartas, autor, até então, absolutamente desconhecido.

Não assinando as cartas, que não continham calúnias, ameaças ou

mentiras, não cometi nenhuma indignidade. Contra a ilegalidade e a prepotência é lícito que nos defendamos, desde que não prejudiquemos inocentes. Contra adversários desleais, é tolo o que se deixa vencer por não usar as armas mais adequadas à sua defesa.

E os Catões de pacotilha que para aí enxameiam, quando se trata de condenar o procedimento dos outros, que experimentem a elasticidade da moral própria e verão que, sem grande custo, dum pedaço com dez centímetros de comprimento, chegarão a obter um metro...

O meu objectivo foi sempre o de publicar o livro, e tanto isso é verdade, que em 1968 e 1969 estive em contacto com cinco grandes editoriais estrangeiras, com o propósito de o editar. Com uma, do Rio de Janeiro, serviu de intermediário o grande escritor Jorge Amado; com duas francesas tratei pessoalmente; com uma norte-americana e outra italiana troquei correspondência. Duas delas mostraram-se bastante interessadas com a minha proposta, mas pretendiam o livro impresso, condição a que não pude satisfazer. Em 1971 os jornais publicaram o texto das propostas governamentais da Lei da Imprensa e da Lei da Liberdade Religiosa, que começaram a ser discutidas na Assembleia Nacional, e eu verifiquei, com muita satisfação que o livro «Fátima Desmascarada» não desrespeitava nenhuma das disposições consignadas nas duas propostas de lei, e pareceu-me que poderia abalçar-me a fazer uma edição de 2.500 exemplares, como primeira experiência.

Contudo não ignorava que as entidades, a quem o livro iria molestar, dispunham de poderosa influência e que se empenhariam pela sua apreensão. Por tal razão, quando a edição ficou pronta, pus os seus exemplares a bom recato.

Entretanto sofri um acidente, que originou uma intervenção cirúrgica, com internamento numa clínica durante cerca de um mês, ao qual se seguiu um longo período de recuperação.

Importava conhecer a forma por que reagiriam à publicação de «Fátima Desmascarada» as entidades interessadas, e pareceu-me que a melhor maneira de o saber seria enviar três exemplares da minha obra ao Bispo de Leiria. Alguns dias depois, dois agentes da D. G. S.

compareceram na tipografia impressora, a cujo proprietário comunicaram que o livro, embora não estivesse definitivamente apreendido, não poderia ser posto à venda, nem deveriam ser enviados ao depósito legal os exemplares que a lei determina, sem ulterior resolução das autoridades.

Os mesmos agentes, por sinal pessoas muito correctas, foram à minha casa comunicar-me o que tinham dito ao proprietário da tipografia e, além disso, desejavam saber onde paravam os 2.500 exemplares publicados. Respondi-lhes que, possivelmente, estariam distribuídos pelas livrarias, mas que, no caso de saber o lugar onde se encontravam, não seria tão ingénuo que lho fosse revelar.

Porque estava convencido de que, presentemente, **as leis são feitas para ser cumpridas**, recorri a quem de direito, e a ordem que mandou levantar a interdição da venda do livro foi transmitida às autoridades competentes.

Em face dum crime, investigadores e magistrados, a fim de seguirem o caminho que os deve conduzir à descoberta do criminoso, dirigem a si próprios esta pergunta:

— «A quem interessa o crime?»

No caso presente perguntemos:

— «A quem interessava a apreensão de «Fátima Desmascarada»?

A resposta salta da ponta da língua de toda a gente.

Quem recorre a processos extremos para combater inimigos insignificantes? Ninguém. Só quando se reconhece o valor do adversário, se mobilizam armas de grande calibre — neste caso a apreensão.

Auto-retrato de Mário Braga

Se me compelissem a limpar o vómito dum bêbedo, não o faria com maior repugnância do que a que sinto ao ter que relatar esta história abjecta.

O sujeito, cujo nome encima esta página, foi preparado para o exame de admissão ao liceu, em data anterior à minha fixação em Coimbra, por uma senhora que viria a ser minha mulher. Desta cir-

cunstância, creio eu, resultou vir a travar relações com ele e com os pais, estas pessoas honestas e dignas.

Como eu e ele escrevíamos livros, obsequiámo-nos mutuamente com a oferta de alguns. Ele ofereceu-me, com amáveis dedicatórias, «Antes do Dilúvio» e «O Reino Circular».

Uma noite, acompanhado pela esposa, apareceu em minha casa para me pedir que escrevesse para o «Diário de Coimbra» uma crítica a «Antes do Dilúvio», tarefa de que me desembarcei com certo custo, sendo parcimonioso em louvores, porque a obra era fraca.

Algum tempo depois dessa visita, comuniquei-lhe que tencionava ir a Paris com o fim de tentar editar na França um livro em que narrava a verdadeira história de Fátima, cujo texto lhe dei a conhecer.

Ele disse-me que se dava muito bem com um português culto, radicado em Paris havia vários anos, o qual me poderia auxiliar nessa tarefa — e deu-me, para ele, uma carta de apresentação.

A vida francesa, dez dias depois de eu ter saído de Paris, sofreu gravíssimas perturbações, e as boas perspectivas para se contratar uma edição ficaram reduzidas a zero.

Mas já então me aconselharam, como elemento de grande valor, a apresentação de obra impressa em português, o que me levou a encarar, mais uma vez, a necessidade de pôr em prática esse conselho.

Em Setembro de 1971 ficou acabada uma edição de 2.500 exemplares de «Fátima Desmascarada», e, seguindo o costume de todos os autores, ofereci um certo número de exemplares a pessoas que tinha na conta de minhas amigas, e no número das quais estava incluído o sujeito atrás mencionado.

No dia 30 ou 31 de Outubro, recebi no meu quarto de convalescente a visita daquele indivíduo, que vinha acompanhado pelo professor Sílvio Lima.

O primeiro tomou a palavra para me comunicar que o cônego Urbano Duarte, director do órgão diocesano «Correio de Coimbra», me acusava, no seu semanário, de ter oferecido ao Bispo de Leiria «Fátima Desmascarada», a troco de 700 contos.

Como nunca tinha proposto tal negócio ao Bispo de Leiria, afirmei que essa acusação era falsa.

— «Então deve desmenti-lo — acrescentou o sujeito — Aqui lhe deixo o «Correio de Coimbra», onde o Urbano lhe faz essa acusação».

E entregou-me o número desse semanário de 28-X-971, endereçado a D. Maria José de Freitas Morna.

No decurso da nossa conversa afirmei que as pessoas esclarecidas e desempoeiradas sabiam que a Virgem não podia ter aparecido em Fátima, mas, como o meu livro iria ser lido por um certo número de crentes nas aparições, eu escrevera para esses um capítulo demonstrando que a Virgem fora absolutamente estranha ao que se passou na Cova da Iria. E como isso era uma realidade palpável, em face dos elementos colhidos na literatura fatimista, fizera, nos capítulos VIII e IX, da primeira parte de «Fátima Desmascarada», a reconstituição do que se devia ter passado, reconstituição que me parecia estar certa.

A esse respeito, qual era a opinião dos dois visitantes?

Ambos se pronunciaram, declarando que as deduções haviam sido feitas com grande perspicácia e que, atendendo às citações que eu usava em abono da minha tese, as coisas deveriam ter-se passado como eu as relatava.

Quase no final da nossa conversa, disse para os dois visitantes:

— «Nunca encarei a sério a venda do meu livro aos dirigentes de Fátima. Mas, como tenho a ajustar com certos padres umas velhas contas, algumas vezes me assaltou a tentação de lho vender, só para os ver ajoelhados diante de mim. Os senhores compreendem que formidável triunfo moral eu alcançaria, se me propusessem a compra do livro, não é verdade?»

É preciso esclarecer um ponto: há bastantes sacerdotes que sempre considerei e com os quais mantive boas relações. Nunca gostei dos que representam uma facção clerical, constituída por hipócritas e vingativos, que, se pudessem esmagar-me por eu não andar pelas igrejas a bater no peito, o teriam feito sem qualquer relutância.

Já quando se despediam, o tal sujeito pediu-me que, na resposta ao Urbano Duarte, não mencionasse o seu nome, porque desejava conservar-se estranho à polémica que iria travar-se.

Em virtude de estar impossibilitado de o fazer, minha mulher

é que acompanhou os visitantes até à porta. Quando chegou junto de mim, teve este desabafo:

— «A visita destes dois cavalheiros, ao mesmo tempo, não me agradou. Se me perguntares a razão, não saberei explicar-ta».

Eu levei o caso a rir e sosseguei-a, dizendo:

— «Julgo que neste caso não tens razão para desconfianças. Trata-se de duas pessoas que foram sempre minhas amigas e que considero incapazes duma simples incorrecção, quanto mais duma deslealdade. Além disso, aquilo que lhes disse poderia repeti-lo diante de toda a gente».

O tal sujeito, depois de ter vindo a minha casa, escreveu uma carta a Urbano Duarte, parte da qual foi publicada no «Correio de Coimbra».

Urbano Duarte, para justificar a transcrição, confeccionou um desses cozinhados jornalísticos em que a verdade não é usada como tempero, esquecendo-se de que, quem se identificou como autor das cartas escritas em 1967 ao cónego Galamba de Oliveira fui eu próprio.

Desde 1969 que o sr. P.^o José Varanda e o cónego Galamba sabiam, por minha espontânea confissão, que o autor das cartas e do livro, a que essas cartas se referiam, era eu.

Afirmo, da maneira mais solene que, na conversa a que assistiu o Professor Sílvio Lima, ninguém pronunciou o nome do cónego Galamba de Oliveira.

Se, por deliberação voluntária, me havia identificado em 1969 como autor de três cartas escritas ao cónego Galamba, só se eu fosse um imbecil irresponsável iria, em 1971, negar o facto, levado por mim ao conhecimento do sr. P.^o Varanda e do cónego Galamba de Oliveira.

A parte do texto da carta, que Urbano Duarte transcreve no «Correio de Coimbra», é como segue:

«Seja como for, quero que saiba para já que estou indignado como o meu amigo com as pulhices de J. Ilharco, pois outro nome não tem aquele que, vestindo a pele de intelectual e defensor da verdade, se prontifica a sacrificar esta na ara do dinheiro. O Sílvio Lima e o A. Vilaça, com quem falei do caso — sobretudo o primeiro, acompanharam-me nestes sentimentos.»

O leitor classifique como entender o estofo moral deste sujeito, tomando em linha de conta que:

1.º — Ele entrava em minha casa como amigo, e eu como amigo o recebia.

2.º — Das muitas vezes que falámos, usei sempre para com ele da maior verdade e sinceridade.

3.º — Nunca sofreu da minha parte qualquer agravo, pois, muito pelo contrário, o tratei sempre com deferência e lealdade.

4.º — Quando saía de minha casa, declarou que não desejava envolver-se na polémica que, por certo, iria surgir entre mim e o P.º Urbano, e pediu-me que nem sequer mencionasse o nome dele.

Pois bem: sem qualquer razão justificativa da sua atitude, este sujeito vem, covardemente, atacar-me num jornal.

Intelectualmente, definiu-se ele em pouco mais de meia dúzia de curtas linhas das colunas dum jornal.

Analisemos, por partes, aquela *jóia literária* que o seu parceiro Urbano Duarte expôs à admiração do público:

1.ª — ... «quero que saiba para já»... é uma tirada que causa arrepios, já não digo aos mestres da língua, mas a qualquer leitor de Aquilino, Ferreira de Castro, Miguel Torga, Paço d'Arcos, Fernando Namora, Manuel de Campos Pereira e de outros autores que sabem escrever.

2.ª — ... «as pulhices de J. Ilharco, pois outro nome não tem aquele»... é uma calinada de tão grosso calibre, que até o taberneiro do seu amigo se envergonharia de a ter escrito.

Segundo o autor da carta, *pulhices* é o nome que cabe a J. Ilharco. Coitado do autor da carta, que chega a causar dó!

3.ª — «O Sílvio Lima e o A. Vilaça, com quem falei do caso — sobretudo o primeiro, acompanham-me nestes sentimentos».

A falta de um segundo travessão a seguir à palavra *primeiro* torna o sentido do período bastante charadístico. Portanto, para melhor compreensão do período, ponhamos lá o segundo travessão, e teremos:

«O Sílvio Lima e o A. Vilaça, com quem falei do caso — sobretudo o primeiro — acompanharam-me nestes sentimentos».

Sobretudo o primeiro, está certo. Pois se os dois já se tinham

associado, quando foram a minha casa no desempenho duma *missão diplomática!*...

Sobretudo o primeiro significa que o segundo — A. Vilaça — *se pôs na retranca* (passe o plebeísmo, registado pelos dicionários).

Sílvio Lima e A. Vilaça, se conheceram o texto da carta, antes dela ter sido enviada ao seu destinatário, o que não podiam deixar de fazer era *apresentar sentimentos* ao seu infeliz autor.

O que aqui fica é um auto-retrato. Eu não fiz mais que iluminar *as rugas que têm certos diplomatas*, como dizia António Nobre.

Adjectivos? Conceda-lhos o leitor, que não terá dificuldade em encontrar os mais adequados.

Como o Professor Sílvio Lima entrou na dança

Algumas vezes acontecem-nos na vida coisas tão incríveis, que, mesmo quando enfrentamos as realidades, esfregamos e tornamos a esfregar os olhos, porque nos recusamos a acreditar naquilo que vemos.

Dedicava, há muitos anos, admiração e amizade ao professor universitário Sílvio Lima. Escrevia com lógica e clareza, a sua conversa era cintilante, e, muitas vezes, jocosa ou acerba, e um dos seus livros acarretara-lhe a injusta suspensão das funções de professor — e tudo isso o fizera subir bastante na minha consideração.

Quando editei, há cerca de vinte anos, um livrinho destinado à iniciação da leitura, o Professor Sílvio Lima apreciou-o nos seguintes termos:

«Se tivesse hoje de escolher um texto para essa tarefa tão bela da aprendizagem das letras, as minhas preferências críticas iriam para o seu «Amanhecer».

Ele ofertou-me um exemplar do seu livro «O Amor Místico»; eu ofereci-lhe «Libelo contra a Poesia Modernista», «O 3.º Inimigo da Alma» e «Fátima Desmascarada».

Sabedor, há muito tempo, de que eu andava a documentar-me

para escrever a história de Fátima, por muitas vezes me exortou a que persistisse no meu intento.

Quando lhe dei a ler a primeira versão do meu trabalho, louvou e encorajou o meu empreendimento:

— «É formidável o seu livro, uma verdadeira bomba! As provas que apresenta são irrespondíveis! E veja lá: eu desconhecia as fabulosas mentiras que têm architectado acerca de Fátima! É uma coisa fantástica, inacreditável!»

Eu ia-lhe dando conta dos meus projectos, e falei-lhe de algumas grandes editoriais estrangeiras que se mostravam interessadas pela minha obra.

Quando «Fátima Desmascarada» foi posta à venda, o professor Sílvio Lima entrou na lista das pessoas a quem ofereci um exemplar. Decorridas três semanas sobre a data da oferta, recebi a sua visita, feita com o duplo fim de vir informar-se do meu estado de saúde (pois só um dia antes havia tido conhecimento de que fracturara uma perna) e de me agradecer o oferecimento dum exemplar de «Fátima Desmascarada».

A respeito do livro alargou-se em considerações: estava muito bem escrito, excelentemente ordenado e a prova apresentada era numerosa e irrefutável. E uma das coisas que enalteceu foi a minha coragem de proclamar verdades que iam ferir pessoas que dispunham de grande poder.

Uns quinze dias depois desta primeira visita, voltou a minha casa na companhia do terceiro figurante desta história, como já fica explicado.

Quando li o trecho da carta desse terceiro figurante, telefonei ao professor Sílvio Lima pelas dezassete horas e trinta minutos do dia 19 de Dezembro de 1971. Da conversa, que travámos, reproduzirei, somente, a parte que interessa — e, posso acrescentar, a reprodução é feita com fidelidade.

— «O sr. doutor, recorda-se — perguntei eu — daquilo que dissemos, quando há pouco tempo estive no meu quarto acompanhado por *fulano*? (Eu disse o nome.)

— «Muito bem» — respondeu o meu interlocutor.

— «Nesse caso peço ao sr. doutor o favor de me dizer se a reprodução que dela vou fazer é ou não fiel».

E continuei:

— «*Fulano* disse que Urbano Duarte me acusava de ter proposto a venda de «Fátima Desmascarada» ao Bispo de Leiria por 700 contos, e eu repliquei que isso não era verdade».

— «Exactamente» — concordou o professor Sílvio Lima.

— «Alguém mencionou o nome do cônego Galamba de Oliveira?»

— «Ninguém».

— «A certa altura afirmei que nunca pensara a sério em vender o meu livro aos dirigentes de Fátima. No entanto, como tinha a ajustar com certos padres umas velhas e vultuosas contas [e mencionei algumas], às vezes assaltava-me a tentação de lhes propor a venda do meu livro. Se eles aceitassem a proposta, que triunfo extraordinário ver ajoelhados diante de mim os meus perseguidores! Não foi isto o que eu disse?»

— «Foi, sim, senhor. E quer que lhe diga? Não percebo a atitude do autor da carta, nem a do Urbano Duarte ao publicá-la».

Eu fui direito ao fim que me levava a estabelecer aquela conversa:

— «Se eu escrevesse ao sr. doutor uma carta, na qual reproduzisse aquilo que eu disse nesse dia, o sr. doutor teria alguma dúvida em confirmar, por escrito, que o que constava da minha carta era a expressão da verdade?»

Resposta titubeante:

— «Sabe... Ilharco... eu não quero meter-me nesta questão...»

Eu repliquei:

— «Ouça, sr. doutor: se nós dois nos encontrássemos em situação inversa, dou-lhe a minha palavra de honra em como não hesitaria um segundo em lhe dizer que sim, visto que não fazia mais do que cumprir um dever elementar».

— «Veja se compreende a minha situação, Ilharco: dou-me bem com todos três e não quero meter-me em querelas...»

— «V. Ex.^a já está envolvido nesta e não fui eu que o meti nela». Em virtude daquilo que o tal sujeito dizia na carta a respeito

do professor Sílvio Lima, eu provoquei esta conversa convencido, antecipadamente, do seu desfecho — e para que a veracidade do que afirmo não pudesse ser desmentida, tomei as minhas precauções. Ninguém há mais confiante nas boas intenções dos outros do que eu. Mas quando descubro razões para me pôr *de pé atrás*, torno-me a pessoa mais suspeitosa deste mundo.

O professor Sílvio Lima, anteriormente à publicação de «Fátima Desmascarada», tinha-me tratado, na verdade, como se fosse meu amigo.

Ainda em 27 de Fevereiro de 1971 me dizia por escrito:

«Foi com sincera emoção que vi na «Gazeta do Centro» (e bem no **centro da Gazeta**) a reportagem que lhe dedicaram e a sugestão de uma próxima homenagem a fazer pelos seus antigos alunos. *Associo-me a essa justa ideia*, embora eu não tenha sido «instruído» pelo meu prezado Amigo.»

E depois de falar do seu professor das primeiras letras, Júlio César Augusto, escreveu em tom jocoso:

«A ele devo o conhecimento das *letras* e, portanto, a grata possibilidade de mais *tarde* poder ler as pastorais do Senhor Cardeal Cerejeira, os discursos do Prof. Salazar, e as legendas da R. T. P.»

(As palavras que vão compostas em itálico foram sublinhadas pelo Professor Sílvio Lima.) Os elogios, que a seguir me dirigia, abstenho-me de os transcrever.

*

* *

Chegou ao meu conhecimento, creio que em virtude duma indiscrição do próprio Urbano Duarte, que o Professor Sílvio Lima lhe foi entregar o exemplar de «Fátima Desmascarada», que eu lhe tinha oferecido, alegando:

— «Fique com este livro, que eu não quero que as minhas netas o leiam».

Declaração final

A polémica, que «Fátima Desmascarada» suscitou, pela minha parte está terminada, a não ser que tanto as autoridades eclesiásticas como Urbano Duarte queiram aceitar os meus reptos:

aos primeiros, para, por forma espectacular, provar que Lúcia não é a autora da nova história de Fátima, narrada nas edições de 1938 e 1942 do livro «Jacinta», do cónego Galamba de Oliveira;

ao segundo, para responder às treze perguntas, que atrás lhe faço, e a que ele já uma vez se recusou a responder.

Estou plenamente convencido de que nem os primeiros nem o segundo aceitarão o repto.

Aos pimpões que descem a terreiro armados da mentira e da calúnia para discutirem questões de doutrina e literárias, declaro que, se persistirem no uso de armas pouco honrosas, que tão grato lhes é manejar, o *torneio* será dirimido noutra *liça*.

Extraprograma

Na «declaração final» que antecede este «extraprograma» declarei que, pela minha parte, dava por encerrada a polémica suscitada pelo director do órgão diocesano a propósito do livro da minha autoria, «Fátima Desmascarada».

Responder a todas as deturpações da verdade, de que Urbano Duarte é réu relapso, nem pensar nisso! Para o fazer teria de dispender muito tempo, muito papel e muita tinta, o que seria gastar cera com ruins defuntos, pois ele suicidou-se moralmente ao afirmar no seu semanário de 19-XII-1971:

«Quanto a Lúcia, não posso garantir que tenha mentido alguma vez.»

Relembrar os disputérios dum Cavaleiro da Triste Figura, que, sem razão aparente, pretendeu ofender-me com uma prosa de que qualquer taberneiro se envergonharia, só me causaria tristeza e nojo.

Qual a razão por que não cumpri o que tinha prometido? Pela imprevisível publicação de três cartas do Dr. Alberto Vilaça, advogado em Coimbra, no órgão diocesano.

Dado o conceito que toda a gente forma acerca do carácter do Dr. Alberto Vilaça, não pude furtar-me ao desejo de arquivar nestas páginas algumas linhas dessas cartas, que lançam bastante luz sobre as personalidades dos meus dois detractores, a que aludo neste «extraprograma».

1

Na primeira carta enviada a Urbano Duarte («Correio de Coimbra» de 13-1-1972), o Dr. Alberto Vilaça escreveu:

... «lamento que, sem me ouvir, V. Ex.^a tenha feito eco público duma disparatada e incompleta invocação das minhas opiniões acerca de assunto sobre que só me pronunciei em conversa privada» ...

Nestas linhas são censurados o cónego e o amigalhaço deste, o *grande* escritor.

2

Da terceira carta dirigida pelo Dr. Alberto Vilaça ao director do órgão diocesano vou fazer a transcrição dum trecho, para o qual peço a máxima atenção do leitor:

«Com efeito, não serei eu, por tal forma, a alimentar uma nova polémica que — como a já travada entre V. Ex.^a e o autor de «Fátima Desmascarada», em que mais se discutiu o autor que a obra — só seria útil em fazer esquecer esta última e passar a segundo plano o que nela há que, com seus méritos e deméritos, põe Fátima em cheque.»

Todas as pessoas inteligentes, que não estão enfeudadas aos interesses de Fátima, são da mesma opinião: o director do «Correio de Coimbra» nunca pretendeu discutir ou criticar «Fátima Desmascarada», mas, simplesmente, atacar o seu autor.

3

Numa carta para o Cavaleiro da Triste Figura, o Dr. Alberto Vilaça dirige-lhe esta contundente censura:

«Acabo de ler o «Correio de Coimbra» de ontem, onde indignadamente deparei com a transcrição dum trecho duma carta sua dirigida ao cônego Urbano Duarte, em que alude a um tal A. Vilaça.»

O Dr. Alberto Vilaça devia fazer outros reparos mais contundentes ainda ao Cavaleiro da Triste Figura, porque o director do órgão diocesano, por seu livre arbítrio, expurgou quatro linhas da carta, que publicamente magoavam (esta afirmação é do cônego) o dito Cavaleiro.

4

O sobredito Cavaleiro, por sua vez, acusa Urbano Duarte de lhe não ter pedido autorização para publicar uma carta que lhe tinha escrito e de ter aproveitado mero fragmento *tàcticamente* seleccionado. (O sublinhado vem no jornal.)

Pobre e ingénuo Cavaleiro, que vestiu a pele de D. Quixote! Então ele não sabia com quem estava a lidar?

Aos autores e defensores da velha e da nova história de Fátima lanço este repto:

Podem associar-se os seis teólogos mais abalizados em ciência fatimista para, em debate, que será televisionado, denunciarem as mentiras que existem nas páginas de «Fátima Desmascarada».

O contraditor será só um: o autor do livro.

Ante as câmaras da televisão comparecerão os seis teólogos, eu e um funcionário categorizado da R. T. P., como moderador.

Condição indispensável para a realização do debate: respeitar as regras da boa educação.

Se aqueles a quem lanço o repto o não aceitarem, confessarão públicamente que «Fátima Desmascarada» é uma obra cem por cento verdadeira.

Para que se não alegue que este repto não chegou ao conhecimento das entidades competentes, vou enviar, sob registo, dois exemplares deste opúsculo a dois dos principais dirigentes de Fátima, os senhores Bispo de Leiria e cónego Galamba de Oliveira.

EDIÇÃO DO AUTOR
